

Memória e patrimônio imaterial: formação de identidade a partir dos patrimônios culturais do Brasil

MEMORY AND INTANGIBLE HERITAGE: IDENTITY FORMATION FROM THE CULTURAL HERITAGE OF BRAZIL

Maria Amelia Jundurian Corá¹

RESUMO

A formação de identidade dos grupos culturais depende da legitimação de seus elementos culturais, da sua memória e da sua representação perante seus detentores. Criado em 2000, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) estabeleceu uma nova forma de atuação do Estado em relação aos patrimônios imateriais brasileiros. Executado pelo IPHAN, o programa inova ao ampliar seu objeto de patrimonialização, propondo o processo de registro de bens culturais imateriais e a elaboração de planos de salvaguarda para determinar as ações a serem realizadas. Este artigo tem como objetivo compreender os significados do título de Patrimônio Cultural do Brasil, para os detentores destes bens culturais de natureza imaterial, analisando, sobretudo como a memória é apropriada dentro do discurso oficial do Estado ao propor tal política. Para isso foram realizadas entrevistas em profundidade com agentes relevantes na política: duas técnicas do Iphan, uma consultora especializada da UNESCO, uma coordenadora de um ponto de cultura de um bem registrado e uma detentora de um bem registrado. Nesse sentido, o que se percebeu na pesquisa foi que os detentores dos bens culturais fazem uso do título de Patrimônio Cultural do Brasil para alcançar benefícios pontuais como acesso aos direitos sociais, possibilidade de geração de trabalho e renda, resgate da memória social, formação de parcerias, intermediação com outros agentes públicos.

Palavras-chave: patrimônio imaterial; identidade; Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, bens culturais.

ABSTRACT

The identity formation of cultural groups depends on the legitimacy of their cultural elements from its memory and its representation in their holders. Created in 2000, the National Programme of Intangible Heritage (PNPI) established a new form of state action in relation to intangible assets Brazilians. Performed by IPHAN, the program innovates to magnify your subject the heritage, proposing the registration process of intangible cultural heritage and the development of safeguarding plans to determine the actions to be performed. This article aims to understand the meanings of the title of Cultural Heritage of Brazil, to the holders of these cultural assets of an intangible nature, analyzing, especially as the memory is appropriate within the official discourse of the state to propose such a policy. For this in-depth interviews were conducted with stakeholders in policy: two techniques Iphan, a consultant specializing UNESCO a coordinator of a culture point of a well documented and a holder of a well recorded. In this sense, it was realized in the research was that holders of cultural goods make use of

¹ Doutora em Ciências Sociais e professora do curso de Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: pesquisadora do Núcleo de Estudos Avançados do Terceiro Setor (NEATS). E-mail: mcora@pucsp.br

the title of Cultural Heritage of Brazil to achieve specific benefits such as access to social rights, the possibility of generating employment and income, recovery of social memory formation partnerships, liaison with other public officials.

Key Words: *intangible heritage, identity, Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, cultural goods.*

A Construção da Identidade

As identidades individuais e sociais são importantes para a construção de relações de vínculos que justifiquem a construção de grupos que permitam sentimentos de interação e reconhecimento social.

Bourdieu (2007) considera a importância simbólica das representações mentais (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) como atos de percepção e apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os indivíduos investem em representações materiais como bandeiras, emblemas ou insígnias, permitindo que representações mentais sejam materializadas. Assim, o que está em jogo a respeito da identidade “é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de *di-visão*, que quando se impõe ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo” (BOURDIEU, 2007, p. 113).

A identidade é fundamental para a legitimação de um grupo, mas para isso algo deve nortear essa identidade, como por exemplo, nacionalidade, regionalidade, etnia, religião, time de futebol ou práticas sociais. Sem esses pontos em comum, a identidade não consegue ser constituída e legitimada pelos pares.

Logo, esse processo dinâmico aceita que *cultura* seja pensada no plural como culturas, até porque os atores são diferentes e constroem espaços de identificações diferentes, permitindo a consolidação da ideia de diversidade social.

Cuche (2002) considera que a identidade é ao mesmo tempo um fenômeno de inclusão e de exclusão, isso porque, ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos, sob um ponto de vista) e distingue outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros, sob o mesmo ponto de vista). Nessa perspectiva, a identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural.

A formação de identidade faz com que o indivíduo se sinta participante da cultura em que está inserido. Portanto, para as diferentes percepções culturais, é necessária a construção de diversos significados simbólicos identitários. Porém, esses significados tornam-se confusos diante do enfraquecimento das fronteiras espaciais provocadas pela globalização.

Assim, para Fortuna (2003), a perda do sentido espacial das identidades aumenta a complexidade da cultura, que, ao contrário de se tornar frágil, torna-se um desafio à compreensão da sociedade moderna, pois altera os termos da representação dos sujeitos e dos modos de ordenamento em que se situam. As representações sociais atuam cada vez menos a partir de referentes fixos e específicos e, por consequência, os ordenamentos sociais resultam, cada vez mais, de justaposições livres, por vezes caóticas e inesperadas.

Já para Canclini (1983), a teoria da cultura, além da questão da identidade, também tem uma correlação com a formação da ideologia, quando se relacionam os processos culturais com as condições sociais de produção; porém, a cultura vai além da teoria ideológica, por não restringir as motivações aos interesses de classe.

Toda produção de significado é passível de ser explicada em termos de relação com as suas determinações sociais. Mas essa significação não esgota o fenômeno. A cultura não apenas representa a sociedade; cumpre também, dentro das necessidades de promoção do sentido, a função de reelaborar as estruturas sociais e imaginar outras novas. Além de representar as relações de produção, contribui para sua reprodução, transformação e para a criação de novas relações. (CANCLINI, 1983, p. 29)

Nesse sentido, toda produção cultural é explicada pelas relações sociais, em que há representação das estruturações sociais e seu redesenho contínuo. A identidade é recriada a todo instante, tanto na perspectiva do indivíduo, quanto do local ou global. A identidade é o reflexo do próprio sentimento de pertencimento cultural.

Esse artigo baseia-se em entrevistas em profundidade realizadas junto a agentes relevantes na implantação do PNPI: Técnica da Superintendência Estadual de Sergipe; Técnica da Superintendência Estadual de Minas Gerais; Consultora da UNESCO no Iphan para patrimônios imateriais, Coordenadora do Pontão de Cultura Jongo/ Caxambu e uma Paineira de Goiabeiras; e nas análises dos documentos dos processos de registro dos Patrimônios Culturais do Brasil, disponibilizados no sítio eletrônico do Iphan.

Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) foi instituído pelo Decreto nº 3.551, em 4 de agosto de 2000, e tem como objetivo viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural. É um programa de fomento que busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estadual e municipal, universidades e organizações não governamentais.

O PNPI resgata as preocupações e orientações que Mário de Andrade apontava no Anteprojeto do Sphan, em compreender o patrimônio como um bem cultural que representasse a identidade cultural brasileira. Bem como as ideias de Aloísio Magalhães ao criar o Centro Nacional de Referência Cultural que, posteriormente, deu origem à Fundação Pró-Memória.

A complexidade de implantar uma política como o PNPI deu-se pela necessidade de instrumentalizar novas metodologias de trabalho específicas para as particularidades dos bens imateriais, entre elas aplicação da metodologia de Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e os processos de registro e elaboração dos planos de salvaguarda.

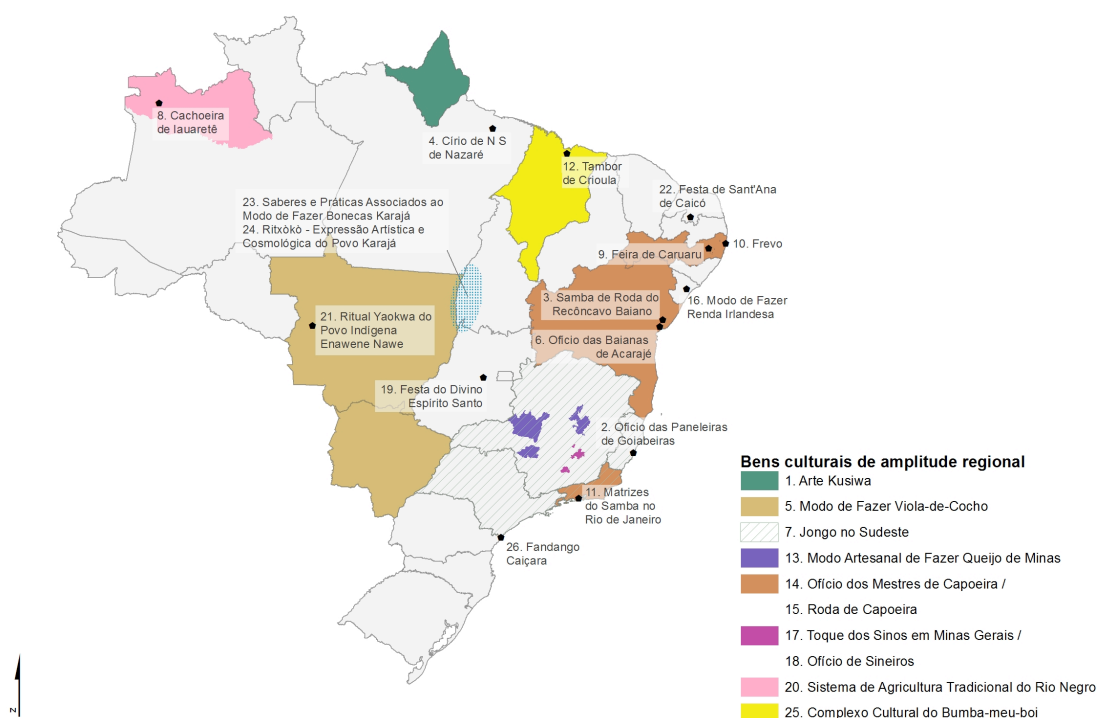
Para a melhor compreensão do PNPI, vale destacar ainda o entendimento do conceito de bens culturais, já que estes são considerados o objeto central desse Programa. Na Resolução nº 1 de 2006, os bens culturais de natureza imaterial são as “criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos, como expressão de sua identidade cultural e social”.

O Iphan (2008a) considera como pilares de ação do PNPI:

- Pesquisa, documentação e informação: para realização de pesquisas, levantamentos, mapeamentos e inventários.
- Sustentabilidade: formulação e implementação de planos de salvaguarda, estímulo e apoio à transmissão de conhecimento, incentivo a ações de reconhecimento e valorização dos detentores de conhecimentos, apoio à organização comunitária e a ações de melhorias da produção e circulação dos bens.
- Promoção: divulgação de ações exemplares de identificação, registro e salvaguarda, para divulgar os objetivos do PNPI, desenvolvimento de programas educativos para a difusão do conhecimento sobre cultura imaterial, sensibilização da população da importância do patrimônio imaterial, divulgação dos bens imateriais registrados
- Capacitação: formação e capacitação dos agentes para identificação, reconhecimento e salvaguarda do patrimônio, apoio a instituições e centros de formação para a realização de capacitações, e desenvolvimento metodológico no campo da preservação e transmissão de conhecimentos tradicionais.

Para visualização geográfica dos vinte e seis bens culturais registrados até dezembro de 2012, elaborou-se um mapa com a localização dos Patrimônios Culturais do Brasil.

Figura 1: Mapa dos Patrimônios Culturais do Brasil



Fonte: elaborado pela autora, a partir de dados referentes aos processos de registro dos bens culturais

Transformações e Impactos nos Bens Culturais após o registro de Patrimônio Cultural do Brasil

Uma das características mais importantes dos patrimônios imateriais é a sua capacidade de mudar, de adaptar-se e de construir novos significados simbólicos, conforme as demandas do ambiente e de seus atores. Esse entendimento pode ser retomado com a definição sobre patrimônio imaterial da Convenção da Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO:

Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003)

Diante do exposto, pode-se imaginar que a intervenção do Estado junto aos patrimônios imateriais, por meio do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, e mais ainda, o contato direto das comunidades detentoras desses bens culturais com os técnicos do Iphan, provocaram mudanças na dinâmica e no entendimento das oportunidades e ameaças que os bens culturais têm passado no atual contexto sociocultural.

Os planos de salvaguarda, elaborados para cada bem cultural registrado, partem da pesquisa de inventário realizada durante o processo de registro do bem cultural, no decorrer da pesquisa surgem questões pelas quais deve haver uma maior preocupação para a continuidade da prática cultural.

Isso significa que o plano de salvaguarda é um tipo orientação que os detentores do bem cultural devem considerar para salvaguardar tal prática cultural; logo, os dossiês produzidos no decorrer do processo de registro apresentam as recomendações de ações para a salvaguarda o bem cultural, partindo da ideia de que a salvaguarda tem como finalidade garantir a continuidade, proteção e promoção do bem registrado.

Baseado nos documentos² referentes ao processo de registro dos bens culturais foram sistematizadas as propostas para os planos de salvaguarda dos Patrimônios Culturais do Brasil, que acabaram por impactar na dinâmica de tais bens culturais. Nesse sentido criaram-se categorias que serão apresentadas a seguir:

Pesquisa, documentação e informação

Por meio da pesquisa e documentação, muito da tradição pode ser resgatada, pois como uma das características da cultura imaterial é a transmissão pela oralidade, muitas vezes os elementos da cultura podem ter ficado no esquecimento, como no caso da velha guarda do Samba, do Samba de Roda do tipo chula no recôncavo baiano, ou das histórias e saberes indígenas.

Sistematização e difusão do conhecimento produzido

Além da necessidade de realizar pesquisas sobre os bens culturais registrados, é importante a sistematização de tais pesquisas e suas publicações por meio de exposições, livros, CDs, vídeos e outras mídias, para garantir a transmissão do saber, a promoção e a valorização da cultura popular.

Um exemplo de sistematização de conhecimento e sua difusão pode ser apresentado com a publicação dos livros da “Coleção Narradores Indígenas do Rio Negro: Memória Identidade e Patrimônio Cultural”, ou com o lançamento de CDs gravados no estúdio da Casa do Samba em Santo Amaro (BA), como o CD intitulado “Samba de Roda - Patrimônio da Humanidade”.

Nos dois casos o que se observa é que a produção de material audiovisual e de livros é importante para salvaguardar os bens culturais, uma vez que a partir desses materiais tais bens ficam ‘protegidos’ do esquecimento e, sobretudo, alcançam um público ampliado que pode valorizar a riqueza dos elementos culturais ali registrados.

Propõe-se a ampliação no que concerne ao acervo, conservação, pesquisa e infraestrutura para que sejam atingidos objetivos que assegurem os processos de transmissão, divulgação e, conseqüente, preservação do Frevo. Atividades como promover a produção de cópias numeradas e catálogos consultáveis na internet e publicar e distribuir livros, reeditar obras raras, CDs, DVDs e outros produtos de maneira ampla, possibilitam o acesso universal, além de um processo de preservação sustentável desses bens. Enfatiza-se aqui o valor patrimonial contido na documentação acumulada nestes arquivos particulares,

² Os documentos considerados são as publicações dos Dossiês Iphan que totalizaram até final de 2010, nove exemplares, sendo um deles denominado “Tambores da Ilha”, e para aqueles que não possuem tal publicação foram utilizados os relatórios apresentados no sítio eletrônico do Iphan. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/indexE.jsf>

assim como a sua grande diversidade. É imprescindível a proteção desse patrimônio relacionado ao Frevo, dando suporte informacional suficiente para atender à demanda de pesquisadores e público em geral. É imperativo, também, ampliar os registros do Frevo e utilizar em maior medida os instrumentos e as publicações de promoção e informação, que contribuem para a sensibilização, já que a demanda de acesso estimula o trabalho de preservação. (DOSSIÊ DE CANDIDATURA DO FREVO, 2006, p.133)³

De acordo com as propostas apontadas no Dossiê de Candidatura do Frevo, nota-se a quantidade de documentos que podem ser produzidos a sistematização e recuperação dos acervos, bem como para a difusão do bem cultural, pois quanto mais pessoas estiverem sensibilizadas para a prática cultural, mais protegido o bem cultural se encontra, garantindo sua continuidade.

A não preocupação em guardar tais memórias pode provocar, em longo prazo, que alguns elementos sejam deixados de lado, não resguardando as transformações às quais os bens culturais vão se adaptando e, com isso, as memórias e as tradições vão se perdendo.

Apoio à transmissão do saber popular para às gerações mais novas

A preservação dos bens imateriais é diferente da dos bens materiais, marcada por restauros e reformas. No caso dos bens imateriais, para a preservação de um bem cultural o que se deve fazer é estimular que os detentores do saber o transmitam para as novas gerações, que se apropriam desse saber para garantir a continuidade da prática cultural.

A transmissão dos saberes envolvidos na realização do Samba de Roda vem sendo feita por meio da observação e da imitação. Crianças observam e escutam o Samba de Roda desde a mais tenra idade. A partir de 4 ou 5 anos, ou mesmo bem antes, elas começam a imitar a dança, as palmas e os toques rítmicos. Em vários casos foram observadas crianças pequenas, de um ano, que estavam totalmente absorvidas pelo ritmo do Samba, fazendo pequenos passos e batendo palmas, para grande alegria dos adultos e jovens presentes. A partir de 8 ou 10 anos já participam da Roda de forma ativa e consciente. O papel da família parece ser bastante importante no estímulo e nas oportunidades de observação do Samba. (DOSSIÊ IPHAN 4, 2006, p. 62)

A transmissão do saber no âmbito familiar é de extrema importância para a continuidade da prática cultural; isso porque a cultura popular se dá no cotidiano das pessoas que passam a ser detentoras do bem cultural.

A participação das crianças é fundamental, e os planos de salvaguarda dos bens culturais registrados preveem muitas ações voltadas para elas, estimulando a sensibilização das mesmas para a continuidade da prática cultural. Essa transmissão de saber pode acontecer nas escolas, nas casas, em oficinas ou em atividades voltadas para as crianças, como no incentivo das manifestações “mirins” dos grupos de Capoeira, do Frevo, das escolas de Samba, do Jongo e do Tambor de Crioula, ou da formação de guias mirins na Feira de Caruaru.

Valorização dos mestres e executantes

³ <http://www.iphan.gov.br/bcrE/pages/folBemCulturalRegistradoE.jsf>

Partindo da premissa de que a cultura popular é garantida pela transmissão do saber dos mais velhos para os mais jovens, a valorização dos mestres detentores desses saberes é fundamental para haver tal transmissão, ou seja, passar os saberes de geração para geração só acontece quando os dois lados, os mestres e os aprendizes, estiverem sensibilizados e em condições para que isso ocorra.

Mesmo considerando que os mestres são primordiais para a continuidade da prática cultural, este entendimento ainda não é incorporado no âmbito da garantia dos direitos fundamentais, e provas disso podem ser encontradas quando se observa a situação em que muitos mestres vivem hoje, sem acesso a políticas públicas de seguridade social, incluindo o direito a aposentadoria, o que caracteriza o não reconhecimento do seu ofício como trabalho.

Neste sentido, o que se observa é que o PNPI ultrapassa suas ações para além do patrimônio imaterial, refletindo na condição de vida dos detentores dos bens culturais, fazendo do Programa uma política transversal que permite uma maior articulação da base social para alcançar seus direitos, como na situação apontada pela consultora da UNESCO:

“Usam o título para garantir os direitos trabalhistas, propriedade intelectual, nesse sentido a gente recebe muita correspondência de baianas, por exemplo, que estão sendo maltratadas nos tabuleiros, ou de um velho capoeirista que está apanhando em uma prefeitura de Pernambuco que está reprimindo as Rodas. A gente tenta criar uma sensibilização, como se fosse educação patrimonial para o imaterial.” (Consultora da UNESCO)

Esta fala, além de apontar que o título Patrimônio Cultural do Brasil é utilizado pelos detentores dos bens culturais como forma de agregar valor à manifestação cultural, há também uma relação interessante colocada entre educação patrimonial e bens imateriais, por meio da sensibilização dos detentores e do público em geral, da importância de garantir os direitos sociais destes atores.

Para garantir que haja um processo de valorização dos mestres e guardiões e que de fato ocorra a transmissão do saber para as novas gerações, torna-se necessária a realização de oficinas, encontros e espaços de debates para aproximar os mais velhos dos mais jovens, permitindo a estes o reconhecimento do saber que está sendo transmitido, assim como sua incorporação no dia a dia, tornando-se agente da prática cultural.

Promoção e divulgação do bem cultural

Sabe-se que muitas famílias dependem das rendas proporcionadas pela comercialização dos produtos culturais, como no caso do Queijo de Minas, do Acarajé, da Renda Irlandesa, ou também na complementação da renda familiar a partir dos cachês das apresentações culturais e da venda de CDs, DVDs, livros, como acontece com os detentores do Jongo, do Samba de Roda, do Tambor de Crioula, do Frevo, entre outros.

Diante disso, é imprescindível que haja promoção e divulgação dos produtos e dos espetáculos, porém estas ações devem ter a preocupação de que isso aconteça de forma consciente e sustentável, a fim de garantir que a tradição não se perca e ocorra a reprodução em massa daquele produto, perdendo assim seus significados socioculturais.

Além da possibilidade de geração de renda, a promoção e divulgação do bem cultural é importante para a valorização do mesmo junto à comunidade. Durante as entrevistas realizadas, a fala sobre a promoção do Jongo proporcionou que se descaracterizasse uma caricatura até então replicada nas comunidades de jongueiros por aqueles que não participavam diretamente:

“Já na primeira reunião de organização comunitária ficou claro que era necessário discutir de forma mais profunda o preconceito, além de sinais menos evidentes como posições de negação e enfrentamento. Dessa forma, influenciando a relação das lideranças com o poder público, saindo daquela posição de pedinte, sempre menor e na qual a utilização do Jongo era em um papel subalterno. Por exemplo, serem chamados apenas no dia 20 de novembro, 22 de agosto, 13 de maio em apresentações onde a comunidade jongueira vestia-se como escravo acorrentes, e há no fundo uma certa tolerância das lideranças em se submeterem a esse papel.” (Coordenadora do Pontão de Cultura Jongo/ Caxambu)

Essa fala aponta um constrangimento vivenciado pelos detentores da cultura popular ao assumirem o papel de escravos nas apresentações escolares para que, de alguma forma, pudessem participar das atividades. A preocupação em desrotular a imagem do negro como escravo deve ser um princípio norteador de políticas culturais que tenham como pressuposto a diversidade cultural, valorizando assim as matrizes culturais africanas e indígenas, bem como europeias, como sendo de igual importância cultural para o Brasil.

O que se observa é que para garantir a difusão da prática cultural e a transmissão de suas referências tem-se constituído espaços de sociabilização, articulação e exposição de conteúdos sobre os bens culturais. Esses espaços passam a garantir a publicidade do bem cultural de maneira a fortalecer as relações entre os detentores dos bens e a sociedade ampliada, por haver ali informações sobre os bens culturais e seus elementos de identidade, bem como a consolidação de um espaço de trocas de experiências entre os detentores dos bens.

Esses espaços de sociabilização são implantados, na maioria dos casos com suporte de recursos do Ministério da Cultura, por meio do “Programa Cultura Viva”, mais conhecido como “Pontos de Cultura”. Esse modelo de parceria entre o Iphan e o Ministério da Cultural será discutido em profundidade no próximo item que se refere às parcerias firmadas pelos grupos detentores dos bens culturais registrados.

Formação de parcerias

Para garantir o fortalecimento de uma rede de parcerias, o Iphan orienta para a constituição de um Conselho Consultivo e um Comitê Gestor para gerenciar as ações dos bens registrados. A partir da formação do conselho e do comitê há a possibilidade de um processo de gestão mais participativo junto à comunidade e aos parceiros na tomada de decisão das atividades a serem desenvolvidas para a salvaguarda dos bens registrados.

No caso das parcerias com outras instituições, para que as ações tenham sucesso é necessário alinhar as expectativas da comunidade detentora com as dos parceiros, para que se promovam atividades que complementem a prática cultural e não que a enfraqueçam.

A parceria mais presente é a implantação de Pontos de Cultura. Os Pontos de Cultura fazem parte do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, que tem como objetivo estabelecer um espaço, nos moldes de um centro cultural, para a promoção, difusão e sistematização de ações voltadas para a cultura local.

Além das parcerias junto ao Ministério da Cultura para implantar os Pontos de Cultura, uma instituição pública que tem investido em projetos relacionados aos bens culturais registrados, por meio de seus editais, é a Petrobras, como pode ser comprovado em parcerias firmadas para promoção do Jongo, da Arte Kusiwa e da Renda Irlandesa.

A parceria com o Senai visa a profissionalização e alternativas na forma de produção; de forma similar acontece a parceria entre o Sebrae e as paneleiras de Goiabeiras, para desenvolvimento da qualidade do produto a ser oferecido para o público consumidor.

Nota-se que a partir da formação de parcerias, os detentores dos bens culturais conseguem promover atividades a fim de proporcionar melhorias para a prática cultural, seja por meio da implantação de Pontos de Cultura com recursos do MinC, de projetos culturais junto a organizações públicas e privadas como acontece com a Petrobras, ou ainda para o aprimoramento do trabalho como acontece nas parcerias com o Sebrae ou Senac.

Contudo, o que se nota é que as parcerias, ao mesmo tempo em que viabilizam a ocorrência de atividades, elas também burocratizam institucionalmente essas comunidades, por ter a obrigatoriedade de se adequar a modelos de editais e de prestações de contas, que implica aprimoramento gerencial das comunidades; daí a importância de um diálogo aberto para a tomada de decisão sobre quais os benefícios e as dificuldades de se firmar parcerias, e se elas são positivas para as comunidades detentoras dos bens culturais.

Relações com o mercado cultural

A relação cultura *versus* mercado é constante quando se fala nos patrimônios imateriais, mas o título de Patrimônio Cultural do Brasil acaba sendo um fator de forte influência nessa relação, principalmente por garantir uma legitimidade pública do bem cultural.

“A questão mercadológica, quando falamos do queijo mineiro, faz com que os limites tornem-se um pouco tensos, pois acaba que o registro dá um selo, não um selo efetivamente, mas você pode considerar como se fosse uma certificação.” (Técnica da Superintendência Estadual de Minas Gerais)

E essa “certificação” acaba sendo uma alternativa de garantia da autenticidade dos bens culturais, como no caso da renda irlandesa, com as etiquetas de procedência e dos selos de autenticação das panelas de barro:

“Nós produzimos sete mil etiquetas para as peças de renda irlandesa falando que é patrimônio cultural. As etiquetas foram usadas para mostrar quem eram as rendeiras, de onde elas eram e qual o preço das peças que estavam sendo vendidas.” (Técnica da Superintendência Estadual de Sergipe)

“A gente compete com as panelas que são feitas de barro peneirado, nosso barro não é peneirado, e o barro peneirado acaba tendo uma estética mais bonita, mas não aguenta muito, por isso nossas panelas têm um selo para mostrar que são nossas.” (Paneleira de Goiabeiras)

Figura 2: Etiqueta utilizada nos produtos de rendas irlandesas e Selo de garantia de autenticidade da Panela de barro



Fonte: acervo pessoal da autora; etiqueta em peça de renda irlandesa comprada em Sergipe, em maio de 2010.

Nota-se que a etiqueta tem como finalidade mostrar a procedência da renda irlandesa, destacando que ela é Patrimônio Cultural do Brasil; já o selo é utilizado para diferenciar as panelas de barro “autênticas”, como escrito no próprio selo, sendo uma garantia na competição junto aos concorrentes que se posicionam ao longo da Rodovia do Sol comercializando as panelas de barro “genéricas”.

Uma das atividades econômicas que mais se relaciona com a indústria cultural do patrimônio é o turismo, isso porque no momento em que um bem passa a ser referenciado como um patrimônio as pessoas têm, além de uma curiosidade em conhecer um pouco mais acerca daquela manifestação cultural, também um apelo para tornar tal bem cultural mais atrativo.

Com isso, mesmo as pessoas que não participam dos seus significados simbólicos, de certa forma se sensibilizam com as atribuições, manifestações e características do bem, dando um novo tipo de significado ao bem cultural que extrapola os significados atribuídos pelos detentores do bem. Pode-se notar a criação desse novo “valor” de atribuição na fala a seguir, acerca das mudanças na dinâmica cultural a partir do registro:

“Agrega muito valor. Em termos de turismo, aumentam as possibilidades dessas regiões que têm preservado o seu patrimônio. Além de atraírem visitantes, há também o aumento na geração de renda. Isso aconteceu nas cidades dos sinos mineiros, mas aconteceu também com as paneleiras do Espírito Santo. No caso das paneleiras foi até criada uma estrutura para que elas produzissem e expusessem junto seus produtos.” (Técnica da Superintendência de Minas Gerais)

A fala acima mostra de que forma o patrimônio imaterial passa a integrar a atividade turística, permitindo que os bens culturais produzidos passem a ser um diferencial em relação à escolha do visitante.

Nesse sentido, a visibilidade permite construir uma referência de identidade para o patrimônio cultural a partir de ações de divulgação e promoção as pessoas consigam construir relações simbólicas acerca dos bens culturais, identificando e denominando o bem, sua origem e prática.

Por fim, ao pensar em produtos culturais retoma-se a discussão da geração de renda por meio da cultura, e nesse sentido nota-se que os bens culturais já registrados comportam-se de maneira bem parecida, de acordo com o tipo de bem. Por exemplo, aqueles que produzem um produto específico como as panelas de barro, o acarajé, a renda irlandesa ou o queijo de Minas, conseguem ter uma promoção do produto fim e uma maior procura na comercialização após o registro. No caso desses bens culturais, o que se percebe também é que a maior parte da renda familiar provém da venda desses produtos, o que permite afirmar que as famílias detentoras do bem vivem e sobrevivem do bem cultural.

No caso das manifestações culturais como Samba de Roda, Samba, Frevo, Jongo, Capoeira e Tambor de Crioula, o que ocorre são apresentações culturais como possibilidade de geração de renda complementar, por meio de cachê. Porém, vale ressaltar que em pouquíssimos casos os detentores dos bens culturais citados usam os cachês como única forma de renda.

Considerações finais

O PNPI provocou mudanças importantes na forma de atuação das políticas culturais, trazendo a cultura popular para o campo do patrimônio. Essa mudança de foco impactou na concepção das políticas culturais por algumas razões, sendo a primeira delas o destaque que a cultura popular ganha na agenda política, deixando de lado a visão romântica dos folcloristas de isolá-la como algo imutável. O que se observou foi que a cultura popular, denominada de patrimônios imateriais, a partir do PNPI passou a ser entendida com uma cultura “viva e vivida”, sendo produzida e reproduzida no cotidiano das pessoas e, com isso, a transformação da sua prática é legítima, ou seja, a incorporação de novos elementos simbólicos e o esquecimento de outros fazem parte do processo cultural que garante a construção da identidade de seus detentores.

Em síntese, o que se observou foi que o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial influenciou a dinâmica sociocultural dos bens culturais registrados, cabendo aqui questionar quais foram os impactos de tais mudanças. De um lado notou-se que o PNPI proporcionou uma maior visibilidade e reconhecimento dos Patrimônios Culturais do Brasil, despertando valorização e oportunidades para os detentores dos bens culturais.

Por outro lado, o que se notou também foi um assédio junto a tais detentores para que se enquadrassem nos modelos impostos pelo mercado cultural, bem como os editais, para que conseguissem ter acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento de seus projetos para o plano de salvaguarda.

Por fim, não coube aqui julgar se foram impactos positivos ou negativos, mas sim analisar se as transformações ocorridas influenciaram na identidade cultural dos grupos e, com isso, na continuidade de significado junto aos detentores dos bens culturais registrados.

Referências bibliográficas:

- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
CANCLINI, N. A Globalização Imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2003.
CUCHE, D. A noção de cultura nas Ciências Sociais. Bauru: EDUSC, 2002.

FORTUNA, Carlos. Intermediários culturais, espaço público e cultura urbana: estudo sobre a influência dos circuitos culturais globais em algumas cidades portuguesas: Proj. POCTI/SOC/13151/1998: relatório de investigação. Coimbra: CES, 2003.

DOSSIÊ IPHAN 4. Samba de Roda do Recôncavo Baiano. Brasília: Iphan, 2006.

DOSSIÊ DE CANDIDATURA. Frevo Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Recife: Iphan, 2006.

IPHAN. Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN/MinC, 3. ed. 2008a.